



**SÍNTESE DO RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2016
(2º RELATÓRIO PARCIAL)**

**FLORIANÓPOLIS
2017**

1 INTRODUÇÃO

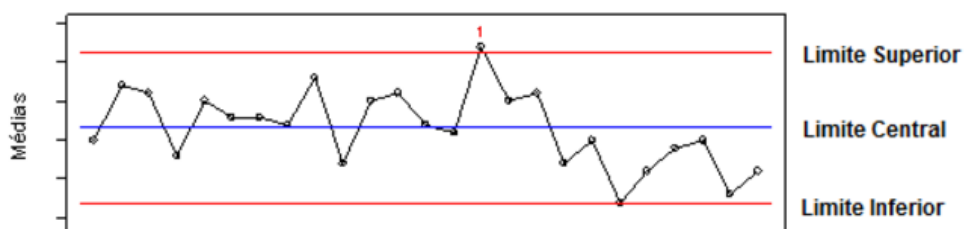
A estrutura desse relatório segue o modelo proposto pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065 de outubro de 2014, e a apresentação dos resultados e das análises segue a mesma estrutura. Novas metodologias de análise foram forjadas para dar respaldo à perspectiva avaliativa demandada. A seguir apresentamos os processos metodológicos utilizados e que subsidiam as análises conclusivas, porém processualmente parciais.

Para as avaliações institucionais realizadas em 2016/2 com discentes e docentes, adotou-se como recurso metodológico de base o Controle Estatístico de Processos (CEP) e a partir desse recurso a CPA estabeleceu parâmetros de análise homogêneos para avaliações institucionais.

O Controle Estatístico de Processos, ou simplesmente CEP, é um método de coleta e verificação de amostra de resultados de um processo, a fim de controlar seu funcionamento e diminuir as falhas decorrentes da sua execução¹.

Segundo Viera², a carta de controle basicamente é representada por um gráfico em execução, que inclui estatisticamente com limites: **Limite de Controle Superior (LCS)** e o **Limite de Controle Inferior (LIC)**, que são os limites permitidos de variação nos resultados do processo. Entre os dois limites, é traçada a **LC: Limite Central**, que indica o resultado médio do processo, e por último é traçada a **linha do desempenho** da variável estudada como mostra a Figura 1:

Figura 1: Linha do desempenho



Fonte: CPA (2016)

¹ MONTGOMERY, D.C. **Introduction to Statistical Quality Control**. 6th ed. John Wiley & Sons Inc., Hoboken: New Jersey, 2008.

² VIEIRA, S. **Estatística para a qualidade: como avaliar com precisão a qualidade em produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Como critério de análise da qualidade dos resultados e da verificação das necessidades de melhorias, adotamos como referência o **Limite de Controle Inferior Geral - LCIG**, localizado a partir da carta de controle do conjunto das categorias em questão. Por que a LCIG? Porque é fundamental que localizemos onde estão as nítidas dificuldades institucionais apontadas pelos resultados. E entendemos a partir do CEP que o Limite de Controle Inferior Geral é um critério bastante razoável para detectar tais dificuldades. Os Limites de controles Inferiores Gerais das Avaliações Institucionais discentes e Docentes são as referências adotadas pela CPA para estabelecer as necessidades de melhorias institucionais.

A partir dessas referências das Linhas Inferiores Gerais estabeleceu-se parâmetros de análise de qualidade. Para os dados obtidos, indicador a indicador, abaixo da Linha Inferior Geral ficaram estipulados dois grupos de preocupação por ordem de relevância quanto às medidas a serem tomadas, com vistas a melhorias. Acima da Linha Inferior Geral determinou-se dois grupos que apontam para os aspectos positivos. Esses quatro grupos receberam uma cor cada um, a fim de facilitar a visualização dos resultados obtidos nos indicadores de cada categoria. Para os grupos abaixo da Linha Inferior Geral, temos a cor amarela (■) e a cor vermelha (■). E para os grupos acima da Linha Inferior Geral temos a cor verde (■) e a cor azul (■) que indicam respectivamente de forma crescente os resultados positivos.

A seguir apresentamos uma síntese dos resultados finais de acordo com parâmetros estabelecidos para as análises dos resultados.

2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O Planejamento Institucional em 2016, com execução em 2017, encontra-se mais articulado tanto na consistência documental quanto na coletivização dos processos em comparação ao período anterior. E tanto os Planos de Desenvolvimento dos Cursos (PDC's) quanto os Planos de Desenvolvimento dos Setores (PDS's) têm estabelecido elos com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de modo tal que a coesão desses elos tem sido mais significativa.

No que concerne à atualização do PDI, a Faculdade Cesusc redimensionou-o no ano de 2016 a fim de aprimorar as estratégias institucionais.

O mesmo temos observado em relação ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI). No entanto, cabe salientar uma necessidade de empreender uma ratificação do PPI em sua articulação com os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's).

3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1 Ensino:

As políticas institucionais para o ensino de graduação, conforme os resultados obtidos, apontam excelentes resultados em todos os seus indicadores de análise, quais sejam: adequação do PPC às demandas sociais locais e regionais; compatibilidade da estrutura curricular com o perfil do egresso; adequação do perfil profissional ao mercado de trabalho; flexibilidade curricular; abrangência da formação profissional interdisciplinar; articulação do Plano de Ensino ao PPC; recurso metodológico; avaliação de aprendizagem.

Os resultados do desempenho docente continuam dentro da série histórica. Porém, de acordo com os parâmetros adotados, foi possível delinear um detalhamento mais “refinado” das demandas mais importantes para a capacitação docente.

A qualidade do ensino para a Pós-graduação Lato Sensu foi avaliada de modo extremamente positivo.

Quanto à gestão acadêmica para o ensino de graduação, o sistema de informação e o sistema acadêmico são ferramentas de gestão avaliadas positivamente, o que vem favorecendo o fluxo de processos e de comunicação. Também merece destaque a necessidade de aprimoramento nos processos de soluções de problemas.

3.2 Extensão e Pesquisa:

As políticas institucionais para a extensão da Faculdade estão muito bem adequadas no que tange aos seguintes indicadores: desenvolvimento da interdisciplinaridade; contribuição à formação acadêmica e cidadã; articulação da extensão com o ensino; mérito acadêmico quanto à disseminação do conhecimento; impacto social na disseminação do conhecimento; impacto social na intervenção social. No entanto, há outros indicadores da Extensão que requerem ações de melhorias, quais sejam: articulação da extensão com a

iniciação científica; parceria com órgãos públicos e privados; mérito acadêmico na intervenção social.

No que concerne à pesquisa na Faculdade, cabe destacar a necessidade de dar mais atenção à divulgação dos Grupos de Estudos e Pesquisas e de intensificar as articulações da Iniciação Científica com os referidos Grupos, bem como com os projetos de Extensão. Além disso, é preciso que a gestão institucional faça uma análise das condições de incentivo institucional para a pesquisa e extensão no que diz respeito a melhorias na divulgação dos incentivos existentes e na ampliação das ofertas.

4 SERVIÇOS INSTITUCIONAIS

Os resultados dos serviços institucionais estão no mesmo patamar dos resultados apresentados em 2015. Ou seja, é preciso persistir nas melhorias dos serviços de informática a fim de reduzir as demandas da comunidade acadêmica. Por outro lado, a criação da Central de Relacionamento para os discentes e para a comunidade externa e sua efetiva busca de adequação às necessidades tem diminuído significativamente as demandas que haviam nesse sentido. A Biblioteca tem apresentado o mesmo nível de excelência em seus serviços, sendo apenas necessário readequar a gestão de atualização do acervo bibliográfico.